

HABEAS CORPUS Nº 481.339 - SP (2018/0317979-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DANIEL SALVIATO E OUTRO
ADVOGADOS : DANIEL SALVIATO - SP279233
MICHELE APARECIDA LOURENÇO BUENO -
SP306909
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO
PACIENTE : WILLIAN DIOGENES MARQUES CARNEIRO

DECISÃO

WILLIAN DIOGENES MARQUES CARNEIRO alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (Apelação Criminal n. 0000457-72.2016.8.26.0551).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A defesa aduz, em síntese, que a condenação foi baseada em provas ilícitas, obtidas por meio de invasão de domicílio. Afirma, ainda, que não há provas suficientes para concluir-se pela condenação do réu, motivo pelo qual requer a concessão da ordem, para que ele seja absolvido.

A liminar foi indeferida e, diante da suficiente instrução dos autos, foi dispensada a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração.

Decido.

No que tange à alegação de que a condenação do paciente foi baseada em provas ilícitas, obtidas por meio de invasão de domicílio, verifico que essa matéria não foi analisada pelo Tribunal de origem, o que impede a apreciação dessa questão diretamente por esta Corte Superior de

Justiça, sob pena de, assim o fazendo, incidir-se na indevida **supressão de instância**.

Quanto à aventada ausência de provas suficientes para concluir-se pela condenação e à apontada inocência do paciente, constato que a Corte estadual entendeu devidamente caracterizada a prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, com base nos seguintes fundamentos, no que interessa (fls. 16-18):

A versão dos réus foi infirmada pelos depoimentos harmônicos e coerentes dos policiais militares ouvidos nos autos, que foram firmes em apontar ambos os acusados como autores da traficância.

Segundo seus relatos, receberam informação anônima de que no local dos fatos era realizado o tráfico de drogas e que o acusado Willian se utilizava de uma motocicleta para a entrega dos entorpecentes. Desse modo, se dirigiram até o lugar indicado, ocasião em que visualizaram em frente ao imóvel o corréu Willian e outro indivíduo não identificado. Com a aproximação da viatura policial, ambos adentraram correndo para o interior do imóvel. Os policiais acrescentaram que a pessoa não identificada conseguiu fugir pelos fundos da casa, sendo detido apenas o réu Willian e a corré Eliana, que estava no interior da residência. Em busca pelo imóvel os policiais localizaram, no guarda roupas do quarto do réu, uma porção de maconha e outra de cocaína, além de balança de precisão, embalagens comumente utilizadas na venda de drogas e a quantia de R\$ 1.980,00.

Além disso, foi apreendida pelos agentes públicos a motocicleta com as mesmas características indicadas na denúncia.

[...]

[...] do conjunto probatório amealhado, sobrelevando os depoimentos dos policiais colhidos sob o crivo do contraditório, a prisão ocorrida em razão de denúncias anônimas, a considerável quantidade de plantas que eram cultivada pelos réus, além de drogas diversificadas e petrechos próprios para o fracionamento e embalagem de drogas, são fortes indicadores da traficância, de modo que a condenação por tráfico de drogas é medida que se impõe.

Pelos trechos anteriormente transcritos e, sobretudo, pela leitura atenta da sentença condenatória e do acórdão impugnado, verifico que as instâncias ordinárias, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos, concluíram pela existência de **elementos concretos e coesos** a ensejar a condenação do acusado pelo crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006).

Por essas razões, mostra-se inviável a sua absolvição, sobretudo em se considerando que, no processo penal, vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela condenação do agente, desde que o faça fundamentadamente, exatamente como verificado nos autos.

Dessa forma, para entender-se pela absolvição do paciente, seria necessário o **revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos**, providência, conforme cediço, incabível na via estreita do habeas corpus.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **conheço em parte** do habeas corpus e, nessa extensão, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator